

E.M.E.S. - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A.



Balanço individual em 31 de dezembro de 2013

Moeda: EUR

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2013	31/12/2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis .....	3 . b) , 7	227,742	157,011
Activos intangíveis .....	3 . c) , 8	4,286	4,990
		<b>232,028</b>	<b>162,002</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Estado e outros entes públicos .....	10	65	
Outras contas a receber .....	3 . f) , 11	98,978	27,874
Diferimentos .....	12	6,404	4,867
Activos financeiros detidos para negociação .....	3 . g) , 13	399	396
Caixa e depósitos bancários .....	3 . h) , 5	611,485	628,524
		<b>717,331</b>	<b>661,661</b>
<b>Total do activo .....</b>		<b>949,359</b>	<b>823,662</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital realizado .....	3 . i) , 14	250,000	250,000
Outros instrumentos de capital próprio .....	15	302,060	302,060
Reservas legais .....	16	25,545	8,144
Resultados transitados .....	17	109,293	-47,320
Resultado liquido do período .....		161,131	174,014
<b>Total do capital próprio .....</b>		<b>848,029</b>	<b>686,898</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores .....	3 . k) , 19	11,847	13,684
Estado e outros entes públicos .....	10	28,651	94,136
Outras contas a pagar .....	3 . k) , 18	60,832	28,944
		<b>101,330</b>	<b>136,764</b>
<b>Total do passivo .....</b>		<b>101,330</b>	<b>136,764</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo .....</b>		<b>949,359</b>	<b>823,662</b>

N I F: 504 610 163 - Capital Social: 250,000.00 Eur - Cons. do Reg. Comercial de Sintra n.º 504610163

O Técnico Oficial de Contas:

*Herme... [Handwritten signature]*

O Conselho de Administração:

*[Handwritten signature]*

E.M.E.S. - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A.



**Demonstração individual dos resultados por naturezas**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2013

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2013	31/12/2012
Vendas e serviços prestados . . . . .	20	752,962	703,170
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas . . . . .	21	-4,026	-6,730
Fornecimentos e serviços externos . . . . .	22	-174,145	-177,418
Gastos com pessoal . . . . .	23	-290,492	-243,121
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões) . . . . .	11		-628
Aumentos/Reduções de justo valor . . . . .	24	3	279
Outros rendimentos e ganhos . . . . .	25	3,089	7,161
Outros gastos e perdas . . . . .	26	-26,101	-12,715
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos . . . . .</b>		<b>261,290</b>	<b>269,999</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização . . . . .	7, 8	-39,067	-32,429
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) . . . . .</b>		<b>222,223</b>	<b>237,570</b>
<b>Resultado antes de impostos . . . . .</b>		<b>222,223</b>	<b>237,570</b>
Imposto sobre o rendimento do período . . . . .		-61,093	-63,556
<b>Resultado líquido do período . . . . .</b>		<b>161,131</b>	<b>174,014</b>

N.I.F. 504 610 163 - Capital Social: 250,000.00 Eur - Cons. do Reg. Comercial de Sintra n.º 504610163

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

**E.M.E.S. - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A.**



**Demonstração individual de fluxos de caixa**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2013**

Moeda: EUR

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		31/12/2013	31/12/2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo</b>			
Recebimentos de clientes .....		846,578	850,383
Pagamentos a fornecedores .....		-330,669	-239,537
Pagamentos ao pessoal .....		-162,420	-153,911
<b>Caixa gerada pelas operações .....</b>		<b>353,488</b>	<b>456,935</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento .....		-108,634	-12,870
Outros recebimentos/pagamentos .....		-257,200	-161,092
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-12,346</b>	<b>282,973</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis .....		-7,722	-210,717
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Juros e rendimentos similares .....		3,032	6,982
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-4,690</b>	<b>-203,735</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>			
		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 ) .....</b>		<b>-17,036</b>	<b>79,238</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	5	628,920	549,683
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	5	611,884	628,920

N.I.F: 504 610 163 - Capital Social: 250.000.00 Eur - Cons. do Reg. Comercial de Sintra n.º 504610163

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:



## E.M.E.S. - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

Contas Individuais

Moeda: EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
<b>Saldos em 01.01.2012</b>		<b>250,000</b>	<b>302,060</b>	<b>8,144</b>	<b>-181,572</b>	<b>134,252</b>	<b>512,884</b>
Alterações no Período:							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	134,252	-134,252	-
		-	-	-	<b>134,252</b>	<b>-134,252</b>	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>174,014</b>	<b>174,014</b>
<b>Resultado Integral</b>						<b>39,763</b>	<b>174,014</b>
<b>Saldos em 31.12.2012</b>		<b>250,000</b>	<b>302,060</b>	<b>8,144</b>	<b>-47,320</b>	<b>174,014</b>	<b>686,898</b>
Alterações no Período:							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17	-	-	17,401	156,613	-174,014	-
		-	-	<b>17,401</b>	<b>156,613</b>	<b>-174,014</b>	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>161,131</b>	<b>161,131</b>
<b>Resultado Integral</b>						<b>-12,884</b>	<b>161,131</b>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>		<b>250,000</b>	<b>302,060</b>	<b>25,545</b>	<b>109,293</b>	<b>161,131</b>	<b>848,029</b>

N I F: 504 610 163 - Capital Social: 250.000.00 Eur - Cons. do Reg. Comercial de Sintra n.º 504610163

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:





M ✓ 1/17 H

**E.M.E.S.  
EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M., S.A.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**1 Nota introdutória**

A Empresa foi constituída em 26 de Agosto de 1999, tem a sua sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Virgílio Horta, Sintra.

A Empresa surgiu para prestar um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços.

A Empresa tem por objecto principal a instalação e gestão, incluindo a fiscalização dos sistemas de estacionamento público urbano pago á superfície no Concelho de Sintra.

Complementarmente tem ainda como objecto a promoção da construção e exploração de parques de estacionamento em estruturas em zonas de reconhecido interesse e necessidade públicos e ou a participação naquelas, construção e exploração.

A Empresa, tem ainda como objecto acessório actividades relacionadas como o seu objecto principal e complementar, designadamente a comercialização de bens e a prestação de serviços, a elaboração e ou promoção de estudos e projectos de ordenamento de novas áreas de estacionamento e de utilização de novos métodos e tecnologias de exploração de estacionamento tarifado e ainda a realização das respectivas obras de execução.

A Empresa pratica todos os actos necessários à prossecução do seu objecto, incluindo-se a exploração dos bens e equipamentos afectos a esta prossecução. Compete ainda à Empresa, a cobrança das tarifas relativas ao estacionamento de duração limitada bem como a respectiva fiscalização.

**2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**a) Referencial contabilístico**

Em 2013 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas

Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A Empresa adoptou as NCRF pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”. Desta forma, a Empresa preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

**b) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

**c) Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

**d) Classificação dos activos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” são classificados como activos e passivos não correntes.

**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que ocorra a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras.

Tal como os passivos contingentes, os activos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.





3 / 17

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções.

**b) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 5 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso, quando existam, representam bens ainda em fase de construção/promoção, e são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

**c) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 9 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

**d) Imposto sobre o rendimento**

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% incidente sobre a correspondente matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não foram efectuados quaisquer movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização dos Impostos Diferidos, nos termos definidos na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação.



**e) Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

**f) Outros valores a receber**

As contas de “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

**g) Activos financeiros detidos para negociação**

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para negociação são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados na demonstração dos resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros activos financeiros” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

**h) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

**i) Capital social**

As acções são classificadas em capital próprio.

**j) Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

**k) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**l) Rédito e regime do acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das prestações dos serviços.

**4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros**

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correcções de erros materiais de exercícios anteriores.

## 5 Caixa e seus Equivalentes

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2013 e no final do exercício transacto, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Numerário	1,119	1,108
Depósitos bancários	610,366	627,416
Instrumentos financeiros	399	396
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>611,884</b>	<b>628,920</b>

## 6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100,00 % pela Câmara Municipal de Sintra que é igualmente a entidade controladora - final.

As informações relativas a saldos e transacções com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 28.

## 7 Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31-Dez-12
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferenc.	Revaloriz.	
<b>Custo:</b>						
Equipamento básico	246,089	180,795	-	1,758	-	428,642
Equipamento de transporte	30,537	-	-	-	-	30,537
Equipamento administrativo	52,777	365	-	-	-	53,142
Outros activos fixos tangíveis	367	-	-	-	-	367
Investimentos em curso	1,758	-	-	-1,758	-	-
	<b>331,528</b>	<b>181,160</b>	-	-	-	<b>512,688</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Equipamento básico	-241,569	-31,094	-	-	-	-272,664
Equipamento de transporte	-30,537	-	-	-	-	-30,537
Equipamento administrativo	-51,420	-689	-	-	-	-52,108
Outros activos fixos tangíveis	-367	-	-	-	-	-367
	<b>-323,893</b>	<b>-31,783</b>	-	-	-	<b>-355,676</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>7,634</b>					<b>157,011</b>



	31 de Dezembro de 2013					Saldo em 31-Dez-13
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	
<b>Custo:</b>						
Equipamento básico	428,642	-	-	-	-	428,642
Equipamento de transporte	30,537	-	-	-	-	30,537
Equipamento administrativo	53,142	5,526	-901	-	-	57,767
Outros activos fixos tangíveis	367	104,242	-	-	-	104,609
	<b>512,688</b>	<b>109,768</b>	<b>-901</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>621,555</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Equipamento básico	-272,664	-33,500	-	-	-	-306,164
Equipamento de transporte	-30,537	-	-	-	-	-30,537
Equipamento administrativo	-52,108	-803	226	-	-	-52,685
Outros activos fixos tangíveis	-367	-4,059	-	-	-	-4,426
	<b>-355,676</b>	<b>-38,363</b>	<b>226</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-393,813</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>157,011</b>					<b>227,742</b>

## 8 Activos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31-Dez-12
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	
<b>Custo:</b>						
Propriedade industrial	-	5,636	-	-	-	5,636
	<b>-</b>	<b>5,636</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,636</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial	-	-646	-	-	-	-646
	<b>-</b>	<b>-646</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-646</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>-</b>					<b>4,990</b>

	31 de Dezembro de 2013					Saldo em 31-Dez-13
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	
<b>Custo:</b>						
Propriedade industrial	5,636	-	-	-	-	5,636
	<b>5,636</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,636</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial	-646	-705	-	-	-	-1,350
	<b>-646</b>	<b>-705</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-1,350</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>4,990</b>					<b>4,286</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Mercadorias	26,938	26,938
	<b>26,938</b>	<b>26,938</b>
Perdas por imparidade de inventários	-26,938	-26,938
	-	-

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade de inventários, foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	-26,938	-26,938
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<b>-26,938</b>	<b>-26,938</b>

## 10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Activo</b>		
Contribuições para a CGA / ADSE	65	-
	<b>65</b>	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	5,468	53,009
Retenção de impostos sobre rendimentos	2,908	2,194
Imposto sobre o valor acrescentado	14,373	27,876
Contribuições para a CGA / ADSE	1,720	481
Contribuições para a Segurança Social	4,182	10,576
	<b>28,651</b>	<b>94,136</b>

## 11 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	-	-	-	323
Devedores por acrésc. de rendimentos	-	-	-	109
Outros devedores	-	98,978	-	27,442
	-	<b>98,978</b>	-	<b>27,874</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>98,978</b>	-	<b>27,874</b>

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	-	-	123	200
Devedores por acrésc. de rendimentos	-	-	109	-
Outros devedores	98,978	-	27,442	-
	<b>98,978</b>	-	<b>27,674</b>	<b>200</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumuladas de "Outras contas a receber", foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	-785	-157
Aumento	-	-628
Reversão	-	-
Regularizações	785	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	<b>-785</b>



## 12 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Activo</b>		
Seguros pagos antecipadamente	5,674	4,323
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	650	-
Gastos diversos a reconhecer	80	544
	<b>6,404</b>	<b>4,867</b>
<b>Passivo</b>		
	-	-

## 13 Activos financeiros detidos para negociação

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na valorização dos “Activos financeiros detidos para negociação”, valorizados ao respectivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	2013	2012
Saldo (justo valor) em 1 de Janeiro	396	15,117
Aquisições do período	-	-
Alienações do período	-	-15,000
Aumento/diminuição no justo valor	3	279
Saldo (justo valor) em 31 de Dezembro	<b>399</b>	<b>396</b>

Os Activos financeiros detidos para negociação e os respectivos valores de custo e de mercado, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram os seguintes:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Valor Custo	Justo Valor	Valor Custo	Justo Valor
Fundo Monetário - Montepio Geral	381	399	381	396
	<b>381</b>	<b>399</b>	<b>381</b>	<b>396</b>



12/17

#### 14 Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 Euros, era composto por 250.000 acções com o valor nominal de 1 euro cada.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas colectivas que, em 31 de Dezembro de 2013, nele detêm pelo menos 20%:

– MUNICÍPIO DE SINTRA . . . . . 100,00%

#### 15 Outros instrumentos de capital próprio

O saldo desta rubrica integra prestações suplementares decorrentes de decisões deliberadas em sede de Assembleia Geral.

#### 16 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa procedeu, em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2012, ao reforço do fundo de Reserva legal, tendo-lhe sido afecta a quantia de 17.401,43 Euros.

#### 17 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi decidido que parte do resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 156.612,91 Euros, fosse transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

## 18 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	33,864	-	22,839
Credores por acrésc. de gastos	-	22,902	-	1,903
Outras contas a pagar	-	4,066	-	4,201
	-	<b>60,832</b>	-	<b>28,944</b>

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Remunerações a liquidar	33,864	-	22,839	-
Credores por acrésc. de gastos	22,902	-	1,903	-
Outras contas a pagar	4,066	-	4,201	-
	<b>60,832</b>	-	<b>28,944</b>	-

## 19 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente	11,847	13,684
	<b>11,847</b>	<b>13,684</b>

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	11,847	-	13,538	146
	<b>11,847</b>	-	<b>13,538</b>	<b>146</b>

## 20 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestações de serviços	752,962	-	752,962	703,170	-	703,170
	<b>752,962</b>	-	<b>752,962</b>	<b>703,170</b>	-	<b>703,170</b>



## 21 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é detalhado como segue:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	-	1,511	-	1,511
Compras	4,026	-	4,026	5,219	-	5,219
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	-	-	-	-
Custo do exercício	<b>4,026</b>	-	<b>4,026</b>	<b>6,730</b>	-	<b>6,730</b>

## 22 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Serviços especializados	-102,491	-132,221
Materiais	-5,005	-4,272
Energia e fluidos	-20,971	-16,984
Deslocações, estadas e transportes	-26	-580
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	-10,082	-4,538
Comunicação	-6,547	-6,187
Seguros	-3,625	-3,372
Contencioso e notariado	-1,615	-235
Despesas de Representação	-218	-
Limpeza, Higiene e Conforto	-10,375	-
Outros serviços	-13,188	-9,030
	<b>-174,145</b>	<b>-177,418</b>

### 23 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos sociais	-8,746	-
Remunerações do pessoal	-223,955	-188,662
Encargos sobre remunerações	-51,006	-49,150
Seguros	-5,214	-1,445
Outros gastos com o pessoal	-1,571	-3,864
	<b>-290,492</b>	<b>-243,121</b>

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2013 foi de 15 e no exercício de 2012 de 12.

### 24 Aumentos/Reduções de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o detalhe desta rubrica era como segue:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	3	-	3	279	-	279
	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>279</b>	<b>-</b>	<b>279</b>

### 25 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros Obtidos	2,923	6,919
Outros rendimentos e ganhos	166	242
	<b>3,089</b>	<b>7,161</b>

## 26 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Impostos	-167	-187
Outras Correções de Exercícios Anteriores	-9,850	-
Gastos e perdas nos investimentos não financeiros	-675	-
Gastos com serviços financeiros	-11,698	-11,961
Outros gastos e perdas	-3,711	-567
	<b>-26,101</b>	<b>-12,715</b>

## 27 Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	2013	2012
Prestações de serviços	4,933	2,727
Serviços adquiridos	1,635	1,752

Saldos	31-Dez-13	31-Dez-12
Contas a pagar	281	146
Prestações Suplementares	302,060	302,060

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

## 28 Locações

Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa dispunha de diverso equipamento administrativo em regime de locação operacional, sendo as responsabilidades como locatária, relativas a rendas não vencidas, no valor de 4.746,51 Euros. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios e podem ser explicitadas da seguinte forma:

Activo / Equipamento	Rendas Vencidas		
	< 1 ano	1 a 5 anos	Total
Equipamento Administrativo - Computadores	2,476	2,270	4,746
	<b>2,476</b>	<b>2,270</b>	<b>4,746</b>



## 29 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

## 30 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

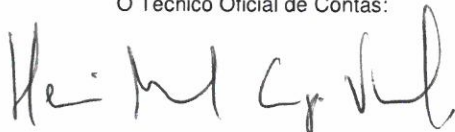
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2013, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do nº1 do Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2013, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas facturou à Empresa a título de honorários com a Revisão Legal de Contas Anuais o valor de 4.500,00 Euros.

Nos termos do nº 2 da Lei 49/2013 de 16 de Julho, a qual aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento, a Empresa beneficiou de um benefício fiscal no valor de 998,00 Euros deduzido à colecta de IRC.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração:

